



INFLUÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Simone Beatriz Pedrozo Viana - Univali

sviana@univali.br

Olívia Rochadel - Univali

Regina Célia Linhares Hostins - Univali

RESUMO: As políticas públicas de educação e saúde brasileiras são influenciadas pelos discursos das organizações multilaterais que apresentam interesses político-ideológicos de mercado. Dentre as organizações evidenciam-se o Banco Mundial; as Organizações das Nações Unidas para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, de maneira geral, têm como objetivo promover a cooperação entre os países e atuar frente a criação de soluções para problemas mundiais, entre eles destacam-se os da saúde e educação, por meio de redes políticas entre atores do governo e do setor privado. O objetivo do trabalho é discutir a influência de organizações multilaterais na formulação de políticas públicas de educação e saúde, a partir da perspectiva teórico-metodológica de intelectuais analistas de políticas nessas áreas. Como metodologia utilizou-se a revisão da literatura em busca do aprofundamento teórico e interpretativo de estudiosos sobre o tema nas áreas. Tomou-se como referência autores reconhecidos nos campos da Saúde e da Educação por sua leitura crítico-analítica do papel e da influência dos organismos multilaterais nos processos de mercantilização da saúde e da educação. Os resultados evidenciam que no campo educacional, Stephen Ball afirma que a formulação de políticas educacionais recebe influência das organizações multilaterais no que se refere, por exemplo, à privatização, performatividade e mercantilização da educação. Nesse sentido, produtos educacionais do setor privado, tais como sistemas de avaliação e formação de professores em larga escala, são vendidos aos Estados que, por sua vez, tornam-se reguladores das tendências de mercado inseridas na educação. Na saúde, sob esta mesma perspectiva Rizzotto e Campos afirmam a recomendação destas organizações na restrição do Estado, notadamente, no que compete ao direito universal à saúde. Assim como, os autores evidenciam a crítica que as organizações fazem sobre a gestão da política pública brasileira e o enfoque para o potencial mercadológico do setor saúde para a acumulação de capital. A ideia de precarização dos serviços de saúde, dissemina a noção de ineficácia e ineficiência dos serviços públicos e fortalece a intervenção das empresas privadas como substitutivas das ações públicas. A saúde e a educação neste contexto, passam a ser tratadas como mercadoria e bem de consumo a ser negociado pelo setor privado, atendendo a lógica liberal de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: organizações multilaterais; políticas públicas; educação; saúde.